

Contribuição para um esboço de uma Teoria Social Espírita [1]

Jaci Régis (in memoriam)

A contribuição que o Espiritismo poderá dar ao aperfeiçoamento social, não pode estar desvinculada dessa essencialidade espiritual. Do contrário elaboraríamos uma tese apenas semelhante às existentes, ou tenderíamos a construir fantasias e soluções ideais, sustentadas sobre premissas alienadas da verdade.



Foto: Jaci Régis em sua formatura, como Economista (Acervo ICKS).

Resumo

O Espiritismo possui uma visão específica do homem e do mundo e, nessa perspectiva se tem desenvolvido esforços para caracterizá-la como uma teoria firmemente voltada para a realidade existencial humana, corpórea, para solucionar as questões (problemas) sociais, sem descuidar da sua dimensão espiritual.

Uma doutrina social espírita deve ser objetiva, eliminando, tanto quanto seja possível, ambiguidades. Naturalmente, ao contrário da tese do materialismo histórico, verá o homem como um Espírito em crescimento e reencarnante, sem descartar o reconhecimento da realidade construída pelo homem ao longo de seu caminho pela Verdade reencarnacionista será uma janela para ver o homem além da barreira do nascimento, trazendo para a realidade existencial, para o aqui e o agora, e não como uma fuga para o passado.

Para um modelo ideal de sociedade o Espiritismo repele qualquer tipo de ditadura, fixando-se na democracia, importando-se com o conteúdo das metas e objetivos socialmente definidos, tendo em vista sua filosofia e seus princípios básicos.

A proposta espírita não se comportará negligenciando a realidade, não tentará cobrir o comportamento humano como verniz de sublimações conseguidas pela negação do Ser. Ao contrário, pelo desabrochamento, o que equivale dizer, compreender sua natureza instintiva, em processo de crescimento. Influenciará nos conceitos de vida e, portanto, na concepção de sexualidade, de família, de sociedade, isto é, forçará a reestruturação cultural.

Introdução

Na análise de uma possível doutrina social espírita, deveremos ter em mente que o Espiritismo possui uma visão específica do homem e do mundo e é baseado nessa perspectiva que se tem desenvolvido o esforço para caracterizá-la. Em outras palavras, a Doutrina Espírita está firmemente voltada para a realidade existencial humana, corpórea, enquanto analisa e compreende a angústia do homem para solucionar as questões sociais, mas também, de igual maneira, essencialmente baseada na sua dimensão espiritual.

A contribuição que o Espiritismo poderá dar ao aperfeiçoamento social, não pode estar desvinculada dessa essencialidade espiritual. Do contrário elaboraríamos uma tese apenas semelhante às existentes, ou tenderíamos a construir fantasias e soluções ideais, sustentadas sobre premissas alienadas da verdade.

É preciso, além disso, superar a polarização entre o indivíduo e o coletivo. Supõe-se que o indivíduo se opõe ao social e que possa evoluir distanciado dele. Pressupõe-se, numa colocação idealizada, que é preciso primeiro consertar a pessoa e esta, consertada, consertaria o mundo. Essa é uma posição ingênua.

Na visão espírita, a evolução [2] só se processa pelo conflito do eu com o meio. Por isso, o Espírito, segundo a teoria espírita, é criado simples e ignorante e deve crescer, desenvolvendo suas potencialidades, pelo atrito com a realidade externa e, no plano hominal, pela relação com o outro. Essa interrelação elimina a dúvida sobre a prevalência de uma posição sobre a outra. O que há é conjugação.

O social engloba o indivíduo, mas não o elimina ou impotencializa. A evolução [2] supõe, simultânea e conseqüentemente, um ato solitário – o da decisão pessoal, que é o exercício do livre-arbítrio – e uma ação solidária para a concretização do processo no real.

A questão social, para Kardec.

Allan Kardec, ao discursar perante os espíritas de Bordeaux e Lion, em 1862, abordou a questão social. Diz ele [3]:

“Quando se considera o estado atual da sociedade, é-se tentado a olhar sua transformação como um milagre. Pois muito bem. Este é o milagre que o Espiritismo deve e pode realizar, pois estão nos desígnios de Deus e isto com o auxílio de uma divisa: Fora da Caridade não há salvação [...]”.

E acrescentou Kardec [3]: “toda a questão será fazer esse lema aceito”.

Segundo o Codificador, “A Caridade é a antítese do egoísmo”. Este é “a exaltação da personalidade, aquela é a sublimação da personalidade. O egoísmo faz com que o interesse pessoal prevaleça acima de tudo. Cada pessoa arrebatada o que pode para si, o semelhante é visto apenas com um antagonista, um rival pode se intrometer em nosso caminho, que podemos explorar ou que pode nos explorar. A vitória pertencerá ao mais sagaz e a sociedade – coisa triste de dizer – consagra comumente essa vitória, o que faz com que ela se divida em duas áreas principais: os explorados e os exploradores” [3].

As limitações naturais de Kardec.

Para Allan Kardec, utopias não são as propostas de moralização do indivíduo. Utopias são as pretensões de mudar a sociedade sem mudar o Espírito, isto é, sem uma nova visão espiritual da vida. E afirma [3]: “o homem é eminentemente perfectível [...] negar esse fato será negar o progresso, que é uma lei da natureza. A caridade é a base, a pedra angular de todo o edifício social”.

Analisando as teses socialistas, Kardec é bastante cético [3]: “alguns homens bem-intencionados, tocados pelo sofrimento de uma parte de seus semelhantes, supuseram encontrar o remédio para o mal em certas doutrinas de reforma social. Com pequenas diferenças, os princípios são mais ou menos os mesmos em todas essas concepções, qualquer que seja o nome que se lhes dê. Vida comunitária, por ser a menos onerosa; comunidade de bens para que todos tenham a sua parte; nada de riquezas, mas, também, nada de miséria”.



Foto: Jaci e a esposa Palmyra, no túmulo do Prof. Rivail, no Cemitério Perè-Lachaise (Acervo ICKS).

Tudo isso é muito sedutor para aquele que, não tendo nada, vê antecipadamente a bolsa do rico passar ao fundo comunal, sem “cogitar que a totalidade das riquezas, postas em comum, criaria uma miséria geral, em vez de uma miséria parcial; que a igualdade estabelecida hoje seria rompida amanhã pela mobilidade da população e a diferença entre aptidões; que a igualdade permanente de bens supõe a igualdade de capacidades e de trabalho [...] Os organizadores, autores fundadores ou promotores de todos esses sistemas, sem exceção, não visaram senão a organização da vida material de uma maneira proveitosa a todos. A finalidade é louvável, indiscutivelmente. Resta saber se nesse edifício não falta a base, que só ela poderia consolidá-lo, admitindo-se que fosse praticável” [3].

E adiante [3]: “Antes de fazer a coisa para os homens é preciso formar os homens para as coisas, como se formam obreiros, antes de lhes confiar um trabalho. Antes de construir é preciso que nos certifiquemos da solidez dos materiais. Aqui os materiais sólidos são os homens de coração, de devotamento e abnegação. Sob o egoísmo, o amor e a fraternidade são, como já dissemos, palavras vazias. Assim sendo, sob o império do egoísmo, fundar um sistema que requeira a abnegação em sentido tão amplo que tenha por princípio essencial a solidariedade de todos para cada um e de cada um para com todos? [...] Sem a caridade não há instituição humana estável. E não pode haver caridade nem fraternidade, na verdadeira

acepção do termo, sem a crença. Aplicai-vos, pois, a desenvolver sentimentos que, em se afirmando, destruirão o egoísmo que vos destrói. Quando a caridade tiver penetrado as massas, quando se tiver transformado na fé, na religião da maioria, então vossas instituições se tornarão melhores pela força mesma das coisas”.

O fato moral e o poder moralizante, segundo Kardec.

Kardec baseia-se no fato moral. Ele afirma – e quem poderá desmenti-lo – que somente o crescimento moral dará base concreta a qualquer tentativa de reformulação real da sociedade. Mas é inevitável pensar que sua análise, neste caso, é restrita. Ele repetirá seus argumentos em 1864, no capítulo XVI, de “O evangelho segundo o Espiritismo”: “Não podeis amar Deus e a Mamom”. A leitura nos sugere uma visão mercantilista da economia, centralizada na riqueza amoedada, no ouro, na bolsa do rico, que se caracteriza no argumento pouco convincente de que a divisão aritmética da riqueza (amoedada) daria muito pouco para todos. Defendeu a acumulação da riqueza nas mãos de uns poucos e não comentou os prejuízos de seu mau uso para as massas e dos que dela dependem, ficando numa análise muito pessoal sobre as consequências que o depositário, o rico teria, seu sofrimento futuro. Justificou a desigualdade de riqueza pela diferença do empenho, da capacidade de produzir, isto é, pelas diferenças individuais, o que pode ser correto até certo ponto, mas esquece quanto pesa, para a maioria, a questão da oportunidade de trabalho, da remuneração e da justiça. Não criticou o sistema que impõe restrições ao homem.

Finalmente, acreditava que o instituto da reencarnação faria justiça, pois no rodízio palingenésico, haveria a oportunidade de todos serem ricos e pobres, o que não poderia ser realizado na prática e que, se fosse possível, consagraria a permanência de uma sociedade doente. Em “A Gênese”, Kardec afirma, no capítulo XVIII, item 10, que a humanidade, como o homem, é suscetível de progredir, como um todo. Que o Espiritismo contribuirá com seu poder moralizador para consolidar a transformação social, que será realizada pelo amadurecimento e pela força das

circunstâncias. E afirma mais que “A humanidade, chegada ao período adulto, tem novas necessidades, aspirações mais vastas” [4].

Mas, como podemos definir esse “poder moralizador”? Seria infantilidade supor-se que a palavra moral tivesse um sentido restrito ou sugerisse uma atitude de expectativa diante da realidade existencial. A aspiração de crescimento moral é uma condição natural para tornar possível qualquer tentativa de implantar uma nova sociedade, mas não pode ser confundida com fuga ou transferência para o além ou para um futuro idealizado e que precisa ser construído aqui e agora. A moralidade, no plano coletivo, não é incompatível com a mudança de comportamento. O poder moralizador do Espiritismo repousa nas suas propostas filosóficas, nas bases de sua aspiração científica. Enfim, de sua visão do homem e do mundo.

Embora reconhecido que uma série de temas ficaram por ser analisados nas ponderações de Kardec, não cometeríamos o engano de julgá-lo ingênuo. Centrou-se no essencial. O conceito de caridade, por exemplo, não está no discurso kardecista, restrito ao assistencialismo e à relação pejorativa entre explorados e exploradores. É colocado dinamicamente, daí seu conceito de “caridade benemerente”, muito apreciada e “caridade benevolente”, muito desconhecida.

Além disso, é de se notar que o conceito de economia, naqueles tempos, transitava numa visão microeconômica, dentro do esquema “laissez-faire”, não admitindo a interferência do Estado na economia. A visão capitalista era absoluta e a proposta socialista parecia mesmo uma sombra negra, contrapondo-se à ideia de Deus, de religião e da moral cristã. A Igreja, por exemplo, reagiu às teses marxistas com a encíclica “Rerum Novarum”, do papa Leão XIII, em 1891, afirmando que a propriedade era um direito natural e rejeitando a “comunidade de bens”.

A teoria (doutrina) social espírita e sua necessidade.

O que Kardec não concordava era com a superação das dificuldades humanas, através de revoluções ou leis, sem que houvesse um processo educativo, que não significava a doutrinação das massas, mas a sua participação.

Uma doutrina social deve ser uma forma crítica e uma tentativa de operacionalizar conceitos filosóficos no campo político. A obra maior de Karl Marx, “O Capital”, é considerada, por exemplo, não apenas como um livro de economia política, mas, para muitos, tendente a dar uma explicação última das coisas, resolver definitivamente os grandes problemas do ser, da vida, da origem e do destino do homem [5]. “O marxismo é toda uma concepção de mundo”, segundo Plekhanov [6].

Assim, **uma doutrina social espírita deve ser objetiva**, eliminando, tanto quanto seja possível, ambiguidades. Naturalmente, ao contrário da tese do materialismo histórico, verá o homem como um Espírito em crescimento, através de segmentos reencarnatórios. Mas isto, alterando embora substancialmente o ponto de apoio da análise, não descartará o reconhecimento da realidade construída pelo homem ao longo de seu caminho pela Terra. Isto é, o Espiritismo utilizará a verdade reencarnacionista como uma janela para ver o homem além da barreira do nascimento, trazendo para a realidade existencial, para o aqui e o agora e não como uma fuga para o passado.

Os pontos dessa doutrina social espírita coincidirão com os de várias opções políticas e filosóficas, ora superando-os, ora aceitando-os, ora reformulando-as ou rejeitando-as. O que, contudo, estabelecerá que a análise social seja “espírita” será o enfoque, a maneira como cada um desses aspectos é encarado. Isto é, **o que diferenciará a doutrina social espírita será sua ótica específica.**

O Espiritismo engloba, integra uma concepção do universo em que coexistem como uma realidade, tanto o que se chama plano físico, como o chamado espiritual. Não vê uma contradição irreconciliável entre eles, embora um não se reduza ao outro. São partes de uma mesma realidade. Sua visão do homem é, sobretudo, de um indivíduo autoconstruído no tempo e no espaço, vivendo um momento específico no continuum existencial-reencarnacionista. Embora enfatizando sua natureza espiritual, esse homem é compreendido numa relação profunda com seu corpo e com sua integração no meio ambiente familiar, social e humano em que se inscreve.

A ontogênese espírita.

Esse *background* nos mostra um Espírito se projetando na existência física, integrando-se nela, como instrumento de sua própria necessidade de crescimento. Daí a diversidade inquestionável dos caracteres, a existência de condições inatas, constitucional, que não pode ser creditada à filogênese. Ao contrário, a transcende, porque é uma ontogênese [7] que precede a vida terrena.

Essa diferenciação de caracteres, que no momento só importa reconhecer como um fato incontestado, forjou a sociedade humana, submetida, como o próprio homem, à mutação permanente, devido à inconformação das massas ou grupos à dominação de sistemas e instituições minoritárias, que através de mecanismos de força como de dominação sutil pela crença e imposição psicológicas, estruturaram a relação social, apelando, não raro, para o poder divino. Essa relação, por si mesma, é precária, o que impõe rupturas periódicas nas estruturas estabelecidas.

Fixando-nos na condição do Espírito enquanto encarnado, isto é, como uma pessoa participante da sociedade humana, vemos que a Doutrina Espírita considera que esse homem tem, sobretudo, o direito de viver. E define esse direito de viver, não apenas na sua condição de vida, como tal, no interior de cada um ou na expressão da imortalidade. Define-a, enquanto vida terrena, como um estado de

bem-estar físico e espiritual, que lhe é devido pela sociedade e para o qual, naturalmente, tem que contribuir.

Esse homem é igual [8]. Nenhuma estrutura social, por mais necessária, deve contrapor-se a essa igualdade fundamental, que não se desmerece, nem se desmente pela divisão de papéis na escala produtiva ou pela diferenciação pelo mérito, aqui definido como o resultado do crescimento alcançado pelo indivíduo, no tempo e no espaço.

Essa igualdade compreende o homem e a mulher que são, sobretudo, Espíritos em corpos feminino e masculino, embora com funções diferenciadas, o que não significa, para o Espiritismo, restrições no campo profissional e produtivo. O Espiritismo não poderia dizer, simplesmente, que são iguais, sem entender as diferenças que caracterizam a condição biológica e psicológica de cada um, não apenas no que tange aos condicionamentos culturais e as imposições do modelo social masculino. Mas, transcendendo tudo isso. Em outras palavras, a igualdade que o Espiritismo postula para o homem e a mulher não os descaracteriza, mas os mantém identificados nas suas funções.

Uma sociedade sem classes?

Allan Kardec admitia que seria inevitável a constituição de uma elite dirigente, que chamou de “aristocracia intelecto-moral”, uma projeção das teses de Platão, na “República”. Mesmo aí, todavia, não se vislumbra uma sociedade dividida em classes. Pode-se dizer que a tese espírita é de uma **sociedade sem classes**, o que é compatível com sua visão da igualdade essencial dos Espíritos.

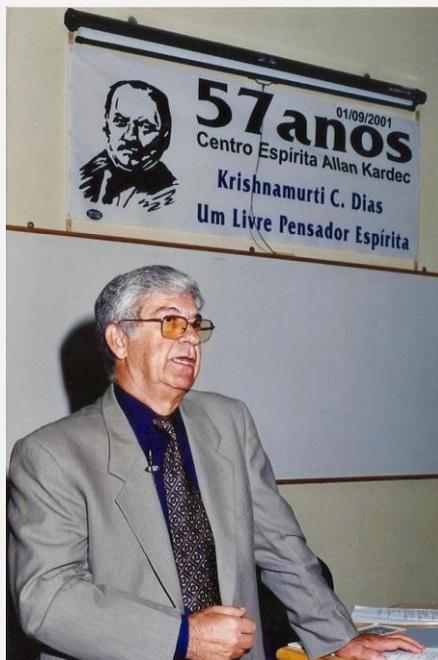


Foto: Jaci no evento do C.E. Allan Kardec, em Santos, comemorativo do 57º aniversário (Acervo ICKS).

Essa sociedade sem classes não será, contudo, a ditadura do proletariado. A concepção de trabalho para o Espiritismo é abrangente. Nem poderia reduzir-se a uma classe operária, no sentido estrito e cada vez menos claro, pois a projeção para o labor físico do homem, no futuro, chegando a um trabalho robotizado, o que muda todo o conceito atual. O que importa para o Espiritismo não é uma relação econômica que se exaure em si mesma, definindo o contrato social. O que importa é uma relação Espírito a Espírito, matizada de condições de recíproco respeito e baseada na imortalidade dinâmica.

Seguramente, essa imortalidade dinâmica compreende tanto a reencarnação quanto a comunicabilidade dos Espíritos, ampliando as noções de existência e vida. O próprio sentido de sociedade econômica muda para se compreender o princípio de uma felicidade possível ou bem-estar que, segundo “O livro dos Espíritos”, poderia ser equacionada da seguinte forma: “para a vida material é a posse do necessário, para a vida moral é a consciência tranquila e a fé no futuro” (item 922). O termo “necessário”, não se restringe, como poderia erroneamente ser compreendido, ao limite do indispensável para a sobrevivência, mas daquelas condições de conforto e bem-estar que permitem o desenvolvimento das

potencialidades do Espírito, enquanto encarnado. Incluem-se não apenas a alimentação, a habitação, o saneamento básico, o transporte, mas também o lazer, a educação, a participação política, o crescimento como pessoa e a utilização de todos os recursos da tecnologia.

O Espiritismo não condena o homem ao estado natural, mas pretende ajudá-lo a seguir a lei natural. Isso quer dizer que o bem-estar não será alcançado pela exploração do homem pelo homem, nem pela sua exaustão pessoal e moral.

E a propriedade?

A mudança substancial na relação interpessoal e transpessoal, constituindo a sociedade como um todo, reflete-se nas perspectivas da **propriedade**. É fora de dúvida que o trabalho, gerando recursos econômicos, capacita o homem a possuir bens, para seu uso, para suas necessidades e bem-estar. Tais bens são pré-condição para o exercício pleno da vida, como forma de crescimento.

A acumulação de bens, todavia, tem que ter um fim social, não egoísta, pessoal. Numa sociedade dirigida no sentido de atender as necessidades do homem, cada um deve participar com sua cota de esforço e criatividade, mas, igualmente, dos frutos desse labor.

Não se pode privilegiar uns em detrimento de outros. A sociedade não pode ser constituída, definitivamente dicotomizada, com alguns ainda que sejam bilhões – tendo o necessário e outros mesmo que sejam a minoria – recebendo uma parte insuficiente para garantir-lhes condições de usufruir dos benefícios da civilização. Daí a revisão que o Espiritismo procede no instituto da propriedade.

Em lato senso, toda propriedade é precária, dada a transitoriedade da vida terrena. Todavia, nem por isso a sociedade pode renunciar à sua estrutura econômica e,

como tal, proceder de forma a desenvolver os recursos da natureza, de maneira produtiva e distributiva. O que importa é atingir a meta, na qual, a qualidade de ser uma pessoa seja o parâmetro para sua participação na economia.

Por um regime social sempre democrático!

Não se pode concordar, sob nenhuma hipótese, que a sociedade se estratifique entre os que vivem na miséria, na pobreza, e outros na opulência. Que uns possam pressupor que tenham o direito ao desperdício, enquanto outros não alcançam o necessário. Esse é um princípio moral que precisa ser operacionalizado através de uma estrutura social que estabeleça o pleno emprego, a justa participação no produto e que impeça a acumulação improdutiva e pessoal de bens. Logo, segundo o Espiritismo, qualquer que seja o **regime social**, este tem que, necessariamente, se basear nesse princípio básico.

Embora a tendência dessa filosofia social nos leve à tese socialista, **a Doutrina Espírita repele qualquer tipo de ditadura e se fixa, inarredavelmente, na democracia**. Não seria condenável um capitalista socializado, se fosse possível, uma vez que a doutrina se importa, sobretudo, com o conteúdo das metas e objetivos socialmente definidos, tendo em vista sua filosofia e seus princípios básicos.

O que é indispensável é que seja reconhecido e definido que a propriedade deve ser legítima, isto é, que não seja fruto de roubo, espoliação, nem de sistemas capazes de, com apoio legal, lesar, ainda que sutilmente, o direito inalienável de participação adequada e justa no produto por todos os que dele participarem.

A doutrina se fixa, como vimos, num **regime de participação social definida e garantida**, tanto no plano econômico quanto no político, uma vez que é de seus princípios, a garantia da liberdade de pensamento e de ação. Não há condições

para garantir um verdadeiro sentido de vida sem liberdade. A liberdade pressupõe o direito de dispor do seu pensamento e de autodirigir-se e o direito político de intervir nas decisões, ter acesso às informações e às deliberações de grupos dirigentes.

Sem anarquismo, pois!

Até onde podemos alcançar, não vislumbramos, na Doutrina Espírita, um sentido anarquista, isto é, uma proposta contra a organização da nação em Estado, nem a projeção de uma única nação mundial. Compreendendo as variedades culturais estratificadas, não se pode, em nome de uma visão otimista, supor que num tempo presumível possam ser derrubadas as barreiras linguísticas, regionais e climáticas que compõem um dos pilares da cultura e de outros, as crenças religiosas, as tradições étnicas e antropológicas de cada povo.

Assim, o Espiritismo continua postulando a existência do Estado, mas projeta sua doutrina como forma de mudança conceitual quanto ao exercício do poder, que reconhece como forma criadora e condição inerente ao Espírito, mas que deve, pode e precisa ser canalizado dentro da moralidade real, como um processo de servir. Aqui se consubstancia o que Jesus de Nazaré propôs: “quem quiser ser o maior, que seja o servidor de todos” [9].

Um outro aspecto é a reformulação do conceito de trabalho. Definido como “toda ocupação útil” [10], o trabalho, sob o ponto de vista espírita, abrange todo o esforço criativo, produtivo pelo qual o Espírito canaliza seus potenciais.

Mas que trabalho?

Assim, nesse amplo conceito incluímos não apenas o trabalho terminal, que transforma o esforço em produtos economicamente desejáveis, como utilidades, mas toda a ciência, todo o filosofar, toda a ideia, toda a pesquisa, toda a

administração, toda a atenção à saúde física e mental do indivíduo, todo o governo político.

A sociedade, por isso, orientará naturalmente esse esforço, esse trabalho, na busca de soluções que harmonizem as aspirações e realidades sociais e humanas, com o projeto de bem-estar da humanidade. Com isso se evitará a perda de energias, sejam essas energias conhecidas como capital, inteligência, força física para a fabricação de armas, projetos de morte e destruição, alcançando-se a tão almejada otimização dos recursos escassos, indispensável para atender às necessidades humanas, sem exaustão moral e física do homem.

A valorização do sentido da vida que o Espiritismo propõe, mudará também o trabalho de uma posição nivelada apenas a responder às necessidades econômicas propriamente ditas, mas numa necessidade vital, para tornar criativa, construtiva, à vida. Essa satisfação no labor, em condições de dignificação humana, que atualmente é perseguida através de estímulos monetários e de “status”, será conseguida espontaneamente e isso refletirá na produtividade e na redução das horas de trabalho terminal, reprodutivo, mecanizado, para que se abram espaços para outras formas de atividade criativa.

E o belo, enfim...

Essa reformulação progressiva dos objetos existenciais propiciará novos enfoques nas artes em geral, permitindo-se esperar que o lazer da sociedade futura envolva para formas compatíveis e não se mantenha no nível atual, que significa fuga, exploração alucinatória das emoções, a viciação e o domínio de forças meramente instintivas no campo sexual. O lazer abrangerá áreas pessoais até agora pouco exploradas ou totalmente negligenciadas, devido aos apelos constantes ao nível de excitações periféricas.

Não se trata, diga-se logo, de uma projeção elitista no pior sentido desse termo. As artes “clássica” e “popular” representam partes de um mesmo sentido de busca e podem, como já acontece, fundir-se, dialeticamente, pois não se reduz a tocar, por exemplo, o samba numa orquestra sinfônica e executar uma peça de música de câmara para uma população não integrada nessa proposta. Mas fundir a mesma aspiração do **belo**, a ânsia de exprimir anseios e criações, através de instrumentos adequados e canais diversificados.

A proposta espírita influenciará nos conceitos de vida

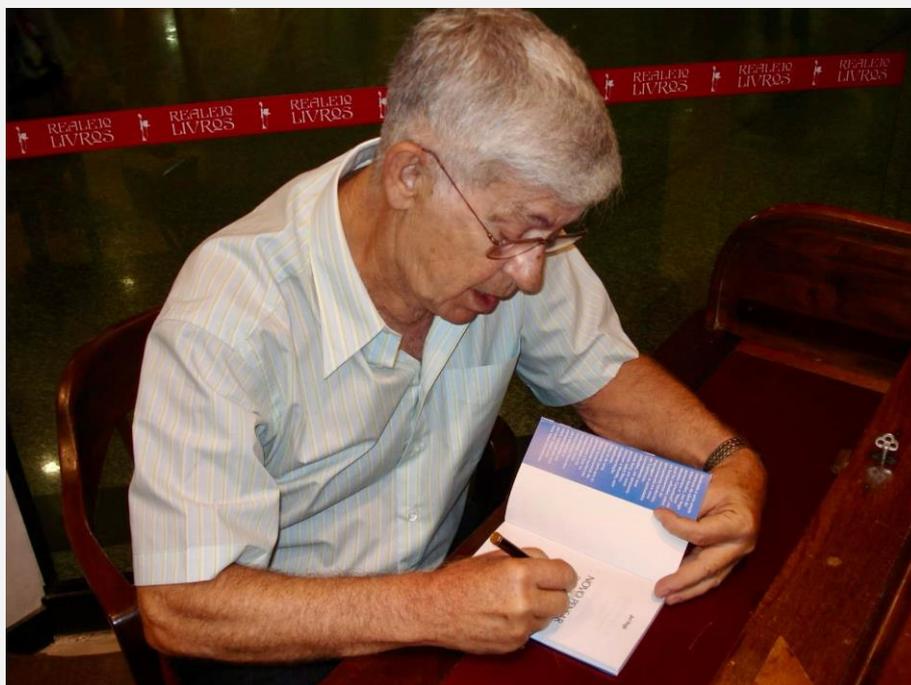


Foto: Jaci autografando um de seus livros (Acervo ICKS).

A proposta espírita não se comportará negligenciando a realidade, não tentará cobrir o comportamento humano como verniz de sublimações conseguidas pela negação do Ser. Ao contrário, pelo desabrochamento, o que equivale dizer, compreender sua natureza instintiva, em processo de crescimento. Influenciará nos conceitos de vida e, portanto, na concepção de sexualidade, de família, de sociedade, isto é, forçará a reestruturação cultural.

Notas do ECK:

[1] Artigo originalmente publicado nos anais do I Encontro Nacional sobre a Doutrina Social, realizado em Santos, no Lar Veneranda, de 17 a 18 de fevereiro de 1985. O ECK fez a **revisão** do artigo, **adicionando notas explicativas e referências completas, enriquecendo o ensaio original**. Também foram inseridos subtítulos para tornar, com cortes, mais agradável a leitura.

[2] Os espíritas em geral acabam utilizando “evolução” e “progresso” como sinônimos. Semanticamente. Todavia, é preciso, sempre, elucidar que “evolução” corresponde à realidade física, como, por exemplo, cientistas como Darwin a demonstraram. Em termos espirituais – e, neste escopo, incluem-se os dois complexos da existência, a físico-material e a espiritual – o termo “progresso” é o mais adequado, para uma e para outra, posto que, ambos decorrem da Lei do Progresso (“O livro dos Espíritos”, Parte Terceira, Capítulo VIII). Por todo esse artigo, sempre que Jaci estiver utilizando “evolução”, o entendimento será, conforme acima explicitado, uma interpretação conforme a citada lei.

[3] Texto contido na obra de Kardec, “Viagem Espírita em 1862”, em “Discursos pronunciados nas reuniões gerais dos espíritas de Lyon e Bordeaux. Discurso III”.

[4] Recentemente, se constatou com provas documentais e historiográficas, a publicação de edições adulteradas das obras de Kardec, como se pode verificar no “Dossiê Adulteração”, publicado no Portal ECK: <<https://www.comkardec.net.br/category/dossie-adulteracao/>>. Em 2018, com a publicação da edição restaurada da obra “A Gênese” (FEAL), os textos foram recuperados. Assim, fizemos a correção do texto, no presente artigo e, também, a remissão correta ao item “10”, ao invés do “14”, que constava originalmente.

[5] Está no prelo uma obra em que, a partir do conceito material-espiritual de Trabalho, serão aproximados os conceitos kardecianos e marxistas, de autoria de Marcelo Henrique.

[6] Referência à obra “Os princípios fundamentais do marxismo”, cuja referência completa consta abaixo.

[7] Ontogênese se refere ao processo biológico de desenvolvimento dos indivíduos, mas é ampliado na teoria espírita, para encampar as vidas anteriores. Quem primeiro se referiu a esse termo, no contexto espírita, foi o Professor Herculano Pires. Além de outras obras, em “Evolução Espiritual do Homem: na perspectiva da Doutrina Espírita”, Capítulo V, por exemplo, ele assim se manifesta: “Para se projetar na existência o ser já desenvolveu em si as potencialidades vitais que antecedem, no plano racional-afetivo, o desenvolvimento da moralidade. A dialética subjetiva da racionalidade com a afetividade – razão versus sentimento – produz no ser a síntese da moral subjetiva, que engloba e disciplina as experiências longamente desenvolvidas nos planos inferiores de sua própria ontogênese” (p. 51).

[8] A igualdade que o Espiritismo propugna não é representada pelo simplório princípio da igualdade – que foi necessário, no próprio processo histórico-social humano, inclusive granjeado a condição de um dos três elementos basilares da Revolução Francesa, junto à liberdade e à fraternidade – tendo evoluído, com o progresso social e legal dos povos para a **equidade**.

[9] Texto atribuído a Yeshua, constante dos evangelhos canônicos (Mc; 10:43-44 e Mt; 20:26-28).

[10] Conforme o item 675, de “O livro dos Espíritos”.

Agradecimento: Ao Instituto Cultural e Kardecista de Santos (ICKS), pelas fotos de Jaci Régis, constantes de seu acervo.

Fontes:

Almeida. “Bíblia Online”. Revista e Atualizada. Disponível em: <<https://www.bibliaonline.com.br/ara>>. Acesso em 7. mai. 2025.

Kardec, A. [2018]. “A Gênese”. Trad. Carlos de Brito Imbassahy. São Paulo: FEAL.

Kardec, A. [2004]. “O livro dos Espíritos”. Trad. J. Herculano Pires. 64. Ed. São Paulo: LAKE.

Kardec, A. [2021]. “O Céu e o Inferno”. Trad. Emanuel Dutra. Guarulhos: FEAL.

Kardec, A. [2003]. “O evangelho segundo o Espiritismo”. Trad. J. Herculano Pires. 59. Ed. São Paulo: LAKE.

Kardec, A. [2000] “Viagem Espírita em 1862”. 3. ed. Discursos pronunciados nas reuniões gerais dos espíritas de Lyon e Bordeaux. Discurso III. Trad. Wallace Leal V. Rodrigues. Matão: O Clarim.

Pires, J. H. [2005]. “Evolução espiritual do homem: na perspectiva da Doutrina Espírita”. São Paulo: Paideia.

Plekhanov, G. [1978] “Os princípios fundamentais do marxismo”. Trad. Sonia Rangel. São Paulo: Hucitec.

